



POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL
CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CFOPM
EDITAL Nº 35/DGP – PMDF, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

CFOPM

Data e horário da prova:
Domingo, 12/3/2017, às 13h



INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva, contendo 70 (setenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um cartão ótico de respostas personalizado; e
 - uma folha de resposta da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da sua identificação, escreva no espaço apropriado do cartão de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Para viajar basta existir.

- Verifique se a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação do cartão ótico de respostas e da folha de respostas da prova discursiva estão corretas.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer as provas objetiva e discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do cartão ótico de respostas e o preenchimento da folha de resposta da prova discursiva.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu cartão ótico de respostas, a folha de resposta da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva após 3 (três) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos do início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de resposta da prova discursiva e o cartão ótico de respostas devidamente assinado.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no cartão ótico de respostas da prova objetiva e na folha de resposta da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções contidas no cartão de respostas.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no cartão ótico de respostas, uma única alternativa.
- O cartão ótico de respostas e a folha de resposta da prova discursiva não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, as respostas da prova objetiva para o cartão ótico de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha de resposta.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão ótico de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

Realização **iades**
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Informações: (61) 3574-7200
www.iades.com.br

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 30

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder às questões de 1 a 5.

1 Há estradas que não devem ser percorridas; exércitos que não devem ser atacados; cidades que não devem ser assaltadas; terras que não devem ser contestadas [...]. Portanto, o
4 comandante que compreender as vantagens da arte da mudança e não se ativer a uma maneira única de comandar, mas sim adaptar-se a circunstâncias, variando suas táticas para
7 enfrentar o exército inimigo, saberá como comandar seus soldados. Ao contrário, se seus métodos de comando forem inflexíveis e suas decisões forem tomadas de forma mecânica,
10 ele não será digno de comandar seus soldados e, por mais que esteja familiarizado com o território, não será capaz de pôr em prática seus conhecimentos e tirar o máximo de seus homens.

13 O comandante sábio deve considerar a combinação de ganho e perda, deve ter discernimento das reais vantagens em situações difíceis e deve confiar nos seus esforços. Se for
16 capaz de perceber as vantagens prováveis, as dificuldades
17 poderão ser resolvidas.

TZU, Sun. *A arte da guerra*: os treze capítulos originais. (Adaptação e tradução de Nikko Bushidô). São Paulo: Jardim dos Livros, 2010, com adaptações.

QUESTÃO 1

Com relação à ideia principal do texto, infere-se que a

- (A) coragem de enfrentar riscos é necessária para a tomada de decisões.
- (B) capacidade de mudar e a adequação são estratégias vencedoras.
- (C) frieza frente aos problemas é relevante para o alcance de objetivos.
- (D) austeridade mostra-se fundamental na liderança de soldados (equipes).
- (E) fraqueza do inimigo deve ser explorada para a obtenção de vantagens potenciais.

QUESTÃO 2

No trecho “Se for capaz de perceber as vantagens prováveis, as dificuldades poderão ser resolvidas.” (linhas de 15 a 17), a oração sublinhada é subordinada adverbial

- (A) temporal.
- (B) concessiva.
- (C) condicional.
- (D) consecutiva.
- (E) conformativa.

QUESTÃO 3

No que se refere às regras de acentuação gráfica vigentes, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “situações” (linha 15) é acentuada por ser paroxítona com terminação em s.
- (B) Os vocábulos “não” (linha 1) e “poderão” (linha 17) são acentuados porque são oxítonas terminadas em o.

- (C) O acento existente no verbo pôr (linha 11) é utilizado para diferenciá-lo de uma palavra homófona.
- (D) O acento da palavra “território” (linha 11) justifica-se em razão de todas as paroxítonas serem acentuadas.
- (E) Os vocábulos “inflexíveis” (linha 9) e “decisões” (linha 9) seguem a mesma regra de acentuação.

QUESTÃO 4

A respeito da estrutura morfosintática de períodos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “adaptar-se a circunstâncias” (linha 6), caso se flexione o termo sublinhado no plural, o sinal indicativo de crase deverá ser empregado.
- (B) No trecho “não se ativer a uma maneira única de comandar, mas sim adaptar-se” (linhas 5 e 6), a vírgula que antecede a conjunção “mas” é facultativa.
- (C) No período “não será capaz de pôr em prática seus conhecimentos e tirar o máximo de seus homens” (linhas 11 e 12), os termos sublinhados podem ser flexionados no plural por concordarem com o vocábulo “homens”.
- (D) A oração “ele não será digno de comandar seus soldados” (linha 10) é coordenada sindética explicativa.
- (E) Nas linhas 1 e 2, em todas as ocorrências, os ponto e vírgulas podem ser substituídos por dois-pontos.

QUESTÃO 5

Considerando a coerência da informação, assinale a alternativa que substitui corretamente as palavras sublinhadas no período “O comandante sábio deve considerar a combinação de ganho e perda, deve ter discernimento das reais vantagens em situações difíceis e deve confiar nos seus esforços.” (linhas de 13 a 15).

- (A) **Insipiente, julgamento, adversas.**
- (B) **Audacioso, sagacidade, fatigantes.**
- (C) **Inepto, probidade, laboriosas.**
- (D) **Temerário, raciocínio, morosas.**
- (E) **Douto, percepção, dificultosas.**

Texto 2 para responder às questões 6 e 7.

1 No exército, a regra da disciplina obriga o soldado a se levantar às cinco da manhã. Mas, no asilo, a regra do repouso faz com que se deixe o idoso dormir. Ora, disciplina é
4 princípio? É, sem disciplina a vida é ruim. E quanto ao repouso, é princípio? É, porque sem repouso a vida também é ruim. E aí percebemos que ela continua. Não basta mapear a
7 complexidade, é preciso escolher e, quanto maior for a lucidez para mapear a complexidade, mais complicada é a escolha. [...]

O que quero dizer? Que diante dessa complexidade, é
10 preciso “dar a cara a tapa”. É preciso escolher. Não podemos nos contentar e dizer: “existe uma grande complexidade e, portanto, não vou sair do meu lugar”. Precisamos afirmar: “isto
13 é melhor do que aquilo. Entre disciplina e repouso, ficamos com a disciplina. Entre transparência e sigilo, ficamos com a transparência. Entre confiança e desconfiança, ficamos com a
16 confiança”, por razões que a filosofia ajuda a encontrar.

CORTELLA, Mario Sergio; FILHO, Clóvis de Barros. *Ética e vergonha na cara!* Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2014 (fragmento), com adaptações.

QUESTÃO 6

No texto apresentado, a expressão “dar a cara a tapa” (linha 10) significa

- (A) não temer as consequências; enfrentar (algo).
- (B) negar uma evidência; ocultar (alguma coisa).
- (C) aceitar que cometeu um erro; admitir.
- (D) comprovar a veracidade de algo; confirmar.
- (E) esforçar-se para conseguir algo e perder tudo de forma banal.

QUESTÃO 7

Acerca dos mecanismos de coesão textual, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho “Mas, no asilo, a regra do repouso faz com que se deixe o idoso dormir.” (linhas 2 e 3), o conector sublinhado possui o mesmo campo semântico de logo, podendo ser por este substituído.
- (B) Na oração “‘isto é melhor do que aquilo’” (linhas 12 e 13), os termos sublinhados podem ser substituídos, nessa ordem, por **isso** e **isto**, sem prejudicar a coerência e a coesão do texto.
- (C) O vocábulo **Dentre** substitui corretamente “Entre” (linha 13), mantendo a correção gramatical.
- (D) No trecho “É, porque sem repouso a vida também é ruim. E aí percebemos que ela continua.” (linhas 5 e 6), observa-se que a palavra “vida” é retomada por uma anáfora.
- (E) O texto constitui-se de elementos de sequenciação textual injuntiva.

QUESTÃO 8

Em correspondências oficiais, quanto à adequação da linguagem ao tipo de documento, os pronomes de tratamento apresentam certas particularidades. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Nesse caso, o pronome de tratamento leva a concordância verbal para a terceira pessoa gramatical.
- (B) Os pronomes possessivos relativos a pronomes de tratamento são os da segunda pessoa.
- (C) O vocativo empregado para chefes de poder é “Vossa Excelência”, seguido do respectivo cargo.
- (D) Os adjetivos referentes a pronomes de tratamento mantêm o gênero feminino, concordando com o substantivo que integra a locução.
- (E) O pronome “Vossa Excelência” é de uso consagrado apenas para autoridades do Poder Executivo.

Área livre

LÍNGUA INGLESA

Questões de 9 a 14

Text 3 to answer questions 9 to 11.

Accident deaths cause ‘Pokemon Go’ to be disabled while driving

The popular smartphone game “Pokemon Go” will now be disabled in moving cars so that all passengers and the driver will not be able to play when the vehicle is traveling above a certain speed, after Niantic, the company that created the game, was asked by a local government and police in Japan.

The change happened globally on Monday, after the Ichinomiya Municipal Government and the local police demanded that Niantic take safety precautions because of the death of two people in car accidents caused by drivers playing the game.

Players can’t use Pokestops to get items at driving speed anymore. Niantic had already stopped Pokemon from appearing in the game when the user is traveling over a certain speed.

Available at: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/11/09/national/vehicle-accident-deaths-lead-pokemon-go-disabled-traveling-speed/#.WHa3kPkrKUK>>. Access on: 9 Jan. 2017, with adaptations.

QUESTÃO 9

According to the title of the text, Pokemon Go is

- (A) fun for drivers and passengers.
- (B) going to stop working when the user is driving.
- (C) saving people from accidents.
- (D) disabling the technology in cars.
- (E) helping disabled people deal with accidents.

QUESTÃO 10

According to the text, how many people have died in accidents because of drivers playing the game?

- (A) One.
- (B) Two.
- (C) Three.
- (D) Four.
- (E) Five.

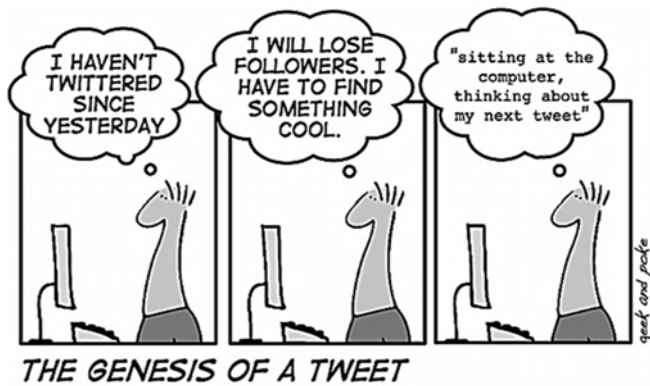
QUESTÃO 11

According to the text, players now

- (A) can pick up fewer items while driving.
- (B) will have to ask passengers to play while they drive.
- (C) can use the Pokestops at speed.
- (D) can neither catch Pokemon nor use Pokestops while driving normally.
- (E) will only find rare Pokemon in Japan.

Área livre

Text 4 to answer questions 12 to 14.



Available at: <<http://netdna.webdesignerdepot.com/uploads/2009/03/7.gif>>. Access on: 9 Jan. 2017.

QUESTÃO 12 _____

According to the comic strip, the man

- (A) has lost many followers on Twitter.
- (B) wants fewer followers on Twitter.
- (C) can lose followers if he does not tweet.
- (D) is very creative.
- (E) knew what he was going to tweet about.

QUESTÃO 13 _____

How long has it been since the man has last twittered?

- (A) One day.
- (B) Three days.
- (C) One week.
- (D) One month.
- (E) Two months.

QUESTÃO 14 _____

Mark the alternative that presents the message of the comic strip.

- (A) Twitter is bad for your health.
- (B) The process of creating a tweet involves research.
- (C) Twitter will bring you friends.
- (D) People can be so desperate to post anything that they forget to post something interesting.
- (E) It is a good thing to become addicted to Twitter, because of the friends it brings.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À PMDF Questões de 15 a 22

QUESTÃO 15 _____

É princípio expresso da segurança pública, constante na vigente Lei Orgânica do Distrito Federal, a (o)

- (A) prevenção das infrações penais por meio de procedimentos investigatórios e de policiamento ostensivo.

- (B) ênfase no policiamento comunitário.
- (C) apuração das infrações penais por meio de procedimentos investigatórios de polícia judiciária.
- (D) gestão integrada dos órgãos de segurança pública e deles com as demais esferas estatais; entre elas, a educacional, a da saúde pública e a da assistência social, com a finalidade de prestar serviço concentrado na integral reparação do dano.
- (E) respeito aos direitos humanos e promoção dos direitos e das garantias fundamentais individuais e coletivas, especialmente dos segmentos sociais de menor renda.

QUESTÃO 16 _____

A organização, o funcionamento, a transformação, a extinção e a definição de competências de órgãos da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com a organização básica e com os limites de efetivos definidos em lei, a cargo do Poder Executivo Federal, estabelecidos na Lei nº 6.450/1977, foram regulamentados pelo Decreto nº 7.165/2010. Acerca desse assunto, assinale a alternativa que caracteriza as Comissões compreendidas no Comando-Geral da Corporação.

- (A) São responsáveis pela administração, pelo comando e pelo emprego da Corporação.
- (B) Exercem a função de coordenador-geral do sistema administrativo da Polícia Militar do Distrito Federal
- (C) São constituídas eventualmente para determinados estudos que escapem às atribuições normais e específicas dos órgãos de direção; destinam-se a dar flexibilidade à estrutura do Comando da Corporação, particularmente em assuntos especializados.
- (D) Elaboram estudos prospectivos, planejam, coordenam, fiscalizam e controlam as atividades da Corporação, inclusive dos órgãos de direção setorial.
- (E) São órgãos de assessoramento direto ao Comandante-Geral.

QUESTÃO 17 _____

Considerando a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, regulamentada pelo Decreto nº 7.165/2010, são designados os Comandos de Policiamento Regionais, que se constituem em grandes comandos responsáveis pelo policiamento em áreas a serem definidas no plano de articulação da Corporação, por meio de unidades de execução subordinadas. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, essas unidades e o órgão a que são subordinadas.

- (A) Metropolitano, Oeste, Leste e Sul, subordinadas ao Departamento Operacional.
- (B) Metropolitano, Oeste, Leste, Sul e de Missões Especiais, subordinadas ao Departamento Operacional.
- (C) Metropolitano e de Missões Especiais, subordinadas ao Estado-Maior.
- (D) Oeste, Leste e Sul, subordinadas ao Comando de Missões Especiais.
- (E) Missões Especiais, Oeste, Leste e Sul, subordinadas ao Comando de Policiamento Regional Metropolitano.

QUESTÃO 18

Considere as competências da Polícia Militar do Distrito Federal de: 1) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; e 2) de atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem. Caso essas competências fossem revogadas, isso deveria ocorrer, respectivamente, mediante

- (A) 1 - emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal e 2 - emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (B) 1 - lei federal e 2 - lei federal.
- (C) 1 - lei federal e 2 - lei distrital.
- (D) 1 - lei distrital e 2 - lei distrital.
- (E) 1 - emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal e 2 - lei federal.

QUESTÃO 19

Recente alteração promovida pelo Decreto nº 8.806/2016 no Decreto nº 88.777/1983 estabeleceu que passam a ser considerados, no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar ou de bombeiro-militar, os militares dos estados, do Distrito Federal ou dos territórios, da ativa, colocados à disposição do Governo Federal para que exerçam cargo ou função

- (A) no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e no Ministério das Cidades.
- (B) no Ministério das Cidades e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.
- (C) em Ministério ou órgão equivalente.
- (D) no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.
- (E) em órgãos e entidades da Administração Pública direta ou indireta.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei nº 12.086/2009, que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, fica previsto que, nos termos da legislação distrital, poderá o Governo do Distrito Federal manter instituições de ensino da respectiva rede pública de educação básica sob a orientação e a supervisão do Comando da Polícia Militar do Distrito Federal e do Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com vistas ao atendimento dos dependentes de militares das Corporações, de integrantes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal e da população em geral. A referida Lei estabelece expressamente que as despesas decorrentes de sua aplicação serão custeadas

- (A) exclusivamente com recursos a serem arrecadados pela prestação dos serviços.
- (B) à conta das dotações consignadas no Fundo Constitucional do Distrito Federal, constantes do Orçamento-Geral da União, do Orçamento-Geral do Distrito Federal e de recursos a serem arrecadados pela prestação dos serviços.

(C) à conta das dotações consignadas no Fundo Constitucional do Distrito Federal, constantes do Orçamento-Geral da União e do Orçamento-Geral do Distrito Federal.

(D) à conta das dotações consignadas no Fundo Constitucional do Distrito Federal, constantes do Orçamento-Geral da União, e dos recursos a serem arrecadados pela prestação dos serviços.

(E) à conta das dotações consignadas no Fundo Constitucional do Distrito Federal, constantes do Orçamento-Geral da União.

QUESTÃO 21

No âmbito do Regulamento para as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, determinada autoridade competente pode estabelecer contatos pessoais com os Comandos de Polícias Militares, visando a obter, por troca de ideias e de informações, uniformidade de conceitos e de ações que facilitem o perfeito cumprimento, pelas Polícias Militares, da legislação e das normas baixadas pela União. Esse ato é denominado

- (A) planejamento.
- (B) visita.
- (C) inspeção.
- (D) orientação operacional.
- (E) coordenação.

QUESTÃO 22

A Lei nº 12.086/2009 dispõe acerca dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Em relação a essa Lei, assinale a alternativa que apresenta dispositivo **vetado** pelo Poder Executivo.

- (A) A Gratificação por Risco de Vida, parcela remuneratória devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal, integra os proventos da inatividade e as pensões.
- (B) As regras de funcionamento e as competências das Comissões de Promoção serão estabelecidas pelo Poder Executivo federal.
- (C) Ficam os Comandantes-Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal autorizados a nomear policiais militares e bombeiros militares da reserva remunerada referidos em legislação específica, respectivamente, até o limite fixado em ato do Governador do Distrito Federal, para a execução de tarefa, encargo, incumbência ou missão, em organizações da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pelo tempo não superior a um ano, prorrogável por iguais períodos, até o limite de cinco anos.
- (D) Em casos extraordinários, poderá haver promoção por ressarcimento de preterição decorrente do reconhecimento do direito de promoção que caberia a militar preterido.
- (E) É assegurado aos policiais e aos bombeiros militares do Distrito Federal o direito à cessão sem remuneração para o desempenho de mandato em associação de classe representativa das instituições que contem com no mínimo 200 associados, sendo considerada a cessão como de efetivo exercício para todos os fins.

CRIMINOLOGIA
Questões de 23 a 26

QUESTÃO 23

O sistema penal é uma denominação que comporta diversos saberes, em especial criminologia, política criminal e direito penal. A respeito dessas acepções, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A criminologia é a atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionadas ao comportamento desviante; aos processos de infração e desvio dessas normas; e à reação social, formalizada ou não, que aquelas infrações ou desvios tenham provocado; bem como o respectivo processo de criação, a respectiva forma e conteúdo e os respectivos efeitos.
- (B) A política criminal lida com o incessante processo de mudança social, com resultados que apresentam novas ou antigas propostas ao direito penal, trata de revelações propiciadas pelo desempenho das instituições que integram o sistema penal, dos avanços e das descobertas da criminologia, dos princípios e das recomendações para reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados da respectiva aplicação.
- (C) O direito penal é o conjunto de normas jurídicas que preveem os crimes e lhes cominam sanções, bem como disciplinam a incidência e a validade de tais normas.
- (D) A segurança pública limita-se ao conjunto de ações para a aquisição de armamentos, de viaturas e de equipamentos para o combate à criminalidade, dialogando com o direito penal, a criminologia e a política criminal, mormente no que diz respeito à efetividade da redução da criminalidade e, por via de consequência, do controle social, visando o alcance do abolicionismo penal.
- (E) O sistema penal, que é apresentado como igualitário, atingindo igualmente as pessoas em função das respectivas condutas, quando analisado sob uma perspectiva crítica, observa-se que, na verdade, apresenta funcionamento seletivo, atingindo apenas determinadas pessoas integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto das respectivas condutas. As exceções, além de confirmarem a regra, são aparatosamente usadas para a reafirmação do caráter igualitário.

QUESTÃO 24

A prevenção que tem por destinatário o recluso (ou seja, a população presa) e por objetivo evitar a reincidência denomina-se prevenção

- (A) primária.
- (B) secundária.
- (C) terciária.
- (D) quaternária.
- (E) quinária.

QUESTÃO 25

O favorecimento da criminalidade dos poderosos, o predomínio do sentimento coletivo de insegurança e do medo do crime, o populismo e a politização partidária, o endurecimento do rigor penal, a confiança ilimitada nos órgãos estatais do sistema punitivo, e o desprezo pelo sistema de garantias que o controla são, segundo Antônio Garcia-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes, algumas das características inerentes ao modelo de intervenção penal que representa uma perigosa involução, bem como perverte esforços realizados, durante muito tempo, com vistas a melhorar qualitativamente a resposta do sistema ao fenômeno delitivo. Os fundamentos supracitados correspondem ao modelo

- (A) clássico.
- (B) integrador.
- (C) dissuasório.
- (D) ressocializador.
- (E) de segurança cidadã.

QUESTÃO 26

A ideia de desorganização social, segundo a qual a cidade produz delinquência, ocupa posição fundamental na caracterização de certa teoria sociológica. O efeito criminógeno da grande cidade, que invoca o debilitamento do controle social nos modernos núcleos urbanos, é uma explicação da teoria

- (A) da anomia.
- (B) do etiquetamento.
- (C) da associação diferencial.
- (D) ecológica.
- (E) da subcultura.

DIREITOS HUMANOS
Questões de 27 a 30

QUESTÃO 27

No que se refere à aplicação da lei, no que tange aos direitos humanos e à respectiva relação interna e externa de normatividade, é correto afirmar que, quando os tratados internacionais de direitos humanos conflitam com a Constituição brasileira, a solução deve ser buscada no princípio

- (A) da hierarquia.
- (B) da anterioridade.
- (C) da supremacia do interesse público primário.
- (D) *pro homine*.
- (E) da negociação internacional.

Área livre

QUESTÃO 28

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo IX), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (artigo 9º, 1), a Convenção Americana de Direitos Humanos (artigo 7º, 2) e a Constituição Federal (artigo 5º, LXI) estabelecem, em suma, que ninguém poderá ser submetido à detenção ou ao encarceramento arbitrários. Acerca desse tema, é correto afirmar que

- (A) a recaptura de pessoa evadida não é uma exceção à necessidade de ordem escrita da autoridade competente para a prisão.
- (B) a prisão em flagrante não é uma exceção à necessidade de ordem escrita da autoridade competente para a prisão.
- (C) a recaptura de pessoa evadida é admitida sem a necessidade de ordem escrita da autoridade competente para a prisão.
- (D) é permitida prisão administrativa para averiguação, desde que a autoridade policial tenha elementos suficientes para a prática do ato.
- (E) a impossibilidade jurídica de detenção ou de encarceramento arbitrários significam que existe um grau mínimo de discricionariedade para a prisão para averiguação.

QUESTÃO 29

No que se refere ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é possível classificar a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos em ao menos seis tipologias de atuações acerca de violações aos direitos humanos: 1 – violações que tratem do legado do regime autoritário ditatorial; 2 – violações que tratem do regime de transição (*transitional justice*); 3 – violações que tratem dos desafios do fortalecimento das instituições e da consolidação do Estado de Direito (*rule of law*); 4 – violações que tratem do direito de grupos vulneráveis; 5 – violações aos direitos sociais; e 6 – violações que tratem dos novos direitos da agenda contemporânea. Em relação a esse tema, é correto afirmar que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos

- (A) está se consolidando como importante e eficaz estratégia de proteção dos direitos humanos, ainda que as instituições estatais não se mostrem falhas ou omissas.
- (B) contribui para a apuração de denúncias dos mais sérios abusos e violações dos direitos humanos, com vistas ao fortalecimento da *accountability* dos Estados.
- (C) é trifásico, contando com três órgãos distintos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Alto Comissariado dos Direitos Humanos.
- (D) é bifásico, contando com dois órgãos distintos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Alto Comissariado dos Direitos Humanos.
- (E) é unitário, representado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

QUESTÃO 30

Em relação à aplicação da lei no Estado Democrático de Direito, segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos, e considerando-se as dimensões do princípio da legalidade, é correto afirmar que

- (A) o significado de *lex populi* está relacionado à garantia da lei popular, inerente ao princípio democrático, e que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário se encarreguem da tarefa elaboradora do direito penal incriminador.
- (B) o significado de *lex stricta* é o de que a lei penal deve ser elaborada de maneira que não se realize criminalização por analogia, que se confunde com interpretação analógica.
- (C) o significado de *lex clara* se relaciona à necessidade de as leis penais serem escritas de forma simples e inteligível e que o melhor seria se elas fossem inseridas em um só código (reserva de código), pois estariam organizadas de forma mais sistêmica e racional.
- (D) esse princípio se confunde com o princípio da reserva legal.
- (E) a precisão da tipicidade não é um requisito do postulado da *lex certa*.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 31 a 70

QUESTÃO 31

A análise FOFA, famosa ferramenta de planejamento estratégico, envolve necessariamente o estudo de variáveis pertinentes à organização. De acordo com essa matriz, é correto afirmar que representa uma ameaça à instituição o (a)

- (A) processo de gestão organizacional fraco.
- (B) regimento interno muito rígido.
- (C) escassez de recursos financeiros.
- (D) mudança na legislação governamental.
- (E) infraestrutura operacional insuficiente.

QUESTÃO 32

Henry Ford é um dos nomes mais famosos na administração de empresas. Seus respectivos ensinamentos e ideais ainda hoje encontram espaço no mercado. Inclusive, como responsável por elevar ao mais alto grau as definições da produção em massa, ele definiu princípios para peças padronizadas e trabalho especializado. Qual dos princípios apresentados refere-se especificamente ao trabalho especializado?

- (A) Sistema universal de calibragem.
- (B) Controle de qualidade.
- (C) Simplificação do processo produtivo.
- (D) Sistema universal de fabricação.
- (E) Permanência de peças e máquinas no posto de trabalho.

QUESTÃO 33

O Modelo de Excelência Gerencial, proposto pela Fundação Nacional da Qualidade, possui oito fundamentos que constituem temas específicos a serem trabalhados. Qual dos fundamentos apresentados desdobra-se em resultados sustentáveis?

- (A) Desenvolvimento sustentável.
- (B) Liderança transformadora.
- (C) Pensamento sistêmico.
- (D) Geração de valor.
- (E) Adaptabilidade.

QUESTÃO 34 _____

Em que fase do ciclo de vida de um projeto ocorre a declaração de escopo?

- (A) Iniciação.
- (B) Planejamento.
- (C) Execução.
- (D) Monitoramento e controle.
- (E) Encerramento.

QUESTÃO 35 _____

Considerando a Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa que apresenta a definição de integridade.

- (A) Conjunto de ações referentes às etapas de produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.
- (B) Característica da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (C) Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- (D) Atributo da informação coletada na fonte, com o máximo detalhamento possível, sem modificações.
- (E) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

QUESTÃO 36 _____

As ciências do comportamento constituem a base fundamental para o estudo do comportamento organizacional. Qual delas é responsável pelo estudo do conflito e possui como unidade de análise somente o próprio sistema organizacional?

- (A) Psicologia.
- (B) Sociologia.
- (C) Psicologia social.
- (D) Antropologia.
- (E) Ciência política.

QUESTÃO 37 _____

Os traços de personalidade ajudam na seleção de funcionários e na adequação das pessoas ao trabalho e, por isso, estabelecem forte relação com a competência interpessoal. Nos últimos anos, um número considerável de pesquisas indica a existência de cinco dimensões básicas da personalidade que direcionam todas as outras e que englobam as variações mais significativas da personalidade humana. No que se refere a esse assunto, assinale a alternativa que apresenta uma medida de confiabilidade.

- (A) Amabilidade
- (B) Consciência
- (C) Extroversão
- (D) Estabilidade emocional
- (E) Abertura para experiências

QUESTÃO 38 _____

Qual método de avaliação de desempenho foca a atenção do avaliador naqueles comportamentos considerados divisores de águas entre a realização eficaz ou ineficaz de um trabalho?

- (A) Relatórios escritos.
- (B) Escalas gráficas de mensuração.
- (C) Incidentes críticos.
- (D) Âncora comportamental.
- (E) Comparações multipessoais.

QUESTÃO 39 _____

Princípios orçamentários podem ser entendidos como premissas norteadoras de ação e devem ser observados na elaboração da proposta orçamentária. Nesse sentido, o princípio segundo o qual a lei orçamentária conterá apenas matéria financeira, devendo ser excluídos dela dispositivos estranhos à estimativa da receita e à fixação da despesa, é o princípio do(a)

- (A) orçamento bruto.
- (B) unidade.
- (C) não afetação das receitas.
- (D) especialização.
- (E) exclusividade.

QUESTÃO 40 _____

O processo orçamentário evidencia as etapas da elaboração, da discussão e da aprovação da Lei Orçamentária Anual. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez que a iniciativa das leis orçamentárias compete ao Poder Legislativo, cabe a este a responsabilidade de analisar as propostas dos demais poderes e consolidá-las em uma proposta única anual.
- (B) Serão admitidas emendas ao Projeto de Lei de Orçamento que tratem de concessão de dotação para o início de obra, independentemente de aprovação prévia por órgão competente.
- (C) Ao receber a Lei Orçamentária Anual, aprovada pelo Parlamento, o Presidente da República disporá de 15 dias para sancioná-la ou vetá-la.
- (D) O processo orçamentário deve ser desintegrado do planejamento governamental para que não haja influência de um sobre o outro, buscando-se sempre a isonomia administrativa.
- (E) O processo orçamentário, diferente do ciclo orçamentário, é composto exclusivamente da elaboração da proposta orçamentária, da discussão e da aprovação da lei orçamentária e, também, da execução orçamentária.

QUESTÃO 41 _____

A respeito da despesa pública, o empenho é definido como ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Em relação a esse assunto, a modalidade utilizada quando o valor exato da despesa é conhecido e cujo pagamento ocorre de uma só vez é o (a)

- (A) empenho estimativo.
- (B) empenho ordinário.
- (C) nota de empenho.
- (D) ordem de pagamento.
- (E) empenho global.

QUESTÃO 42

Com relação ao Estado Federal Brasileiro, especialmente no que se refere à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos territórios, é correto afirmar que

- (A) Brasília é a região administrativa autônoma, mas o Distrito Federal é a capital federal.
- (B) os territórios federais integram o Distrito Federal, e que a criação destes, bem como a transformação em estado ou a reintegração ao estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (C) é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (D) os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou formar novos estados ou territórios federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei ordinária federal.
- (E) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos independentes, nos termos da Constituição.

QUESTÃO 43

Quanto à Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (B) a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso e assegurada revisão geral bienal e sem distinção de índices.
- (C) lei complementar reservará percentual dos cargos e dos empregos públicos para negros, índios e pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de admissão.
- (D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (E) é permitida, por lei complementar federal, a vinculação ou a equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

QUESTÃO 44

Acerca das atribuições do Presidente da República, é correto afirmar que

- (A) compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da polícia federal.
- (B) compete privativamente ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os governadores de territórios.
- (C) é competência comum ao Presidente da República e ao Senado Federal conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

- (D) compete privativamente ao Presidente da República exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Polícia Federal, promover seus oficiais-generais e diretores, bem como nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- (E) compete privativamente ao Presidente da República celebrar a paz, com autorização ou referendo da Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 45

No âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa que apresenta a definição doutrinária do princípio da responsividade.

- (A) Consequência dos princípios da legalidade e da legitimidade, bem como da responsabilidade, acrescendo-se, ainda, a observância à moralidade administrativa a fim de submeter qualquer lesão de direito a algum tipo de controle.
- (B) Ampliação dos efeitos da responsabilidade, abarcando-se, além da observância à legalidade estrita, também os princípios democrático e da legitimidade para fundamentar ações preventivas, corretivas e sancionatórias.
- (C) Execução das atividades administrativas no mais alto grau possível de excelência, produzindo-se o efetivo atendimento aos interesses postos a cargo da Administração Pública.
- (D) Necessidade de que a Administração harmonize internamente as respectivas ações, a fim de que, externamente, não haja manifestação conflitante ou, até mesmo, contraditória.
- (E) Apuração de atos administrativos quando agentes públicos não somente agem em desconformidade com a lei, mas também quando deixam de agir.

QUESTÃO 46

Forma unilateral e discricionária de desfazimento de ato administrativo complexo que, para as partes acordantes com personalidade de direito público, pode ocorrer ainda que exista prazo de vigência pactuado, visando-se ao interesse público e não se prescindindo, todavia, de adequada motivação. A definição apresentada refere-se à (ao)

- (A) rescisão.
- (B) distrato.
- (C) revogação.
- (D) denúncia.
- (E) anulação.

QUESTÃO 47

Forma de retomada de serviço público concedido mediante manifestação unilateral da Administração, como aceitação desta, fundada na ulterior e isolada vontade do concessionário. A definição apresentada refere-se à (ao)

- (A) reversão.
- (B) encampação.
- (C) renúncia.
- (D) caducidade.
- (E) distrato.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa que apresenta formas de provimentos estatutários no serviço público com previsão constitucional obrigatória aos entes, sem prejuízo de regulação em leis próprias.

- (A) Promoção e aproveitamento.
- (B) Nomeação e transferência.
- (C) Reintegração e substituição.
- (D) Aproveitamento e reversão.
- (E) Substituição e nomeação.

QUESTÃO 49

O princípio da fragmentariedade, que apresenta fundamental importância para a consecução do Direito Penal, é corolário dos princípios da intervenção mínima e da reserva legal. Nesse sentido, segundo esse princípio, o direito penal deve

- (A) tutelar bem jurídico somente contra ataques mínimos.
- (B) tipificar todas as condutas que sejam tuteladas por outros ramos do Direito.
- (C) punir ações meramente imorais.
- (D) proteger pontualmente bem jurídico insignificante.
- (E) abrigar seletivamente bem jurídico que necessite de criminalização.

QUESTÃO 50

Conforme a legislação penal vigente, assinale a alternativa que **não** é causa extintiva da punibilidade.

- (A) Inimputabilidade.
- (B) Perdão judicial.
- (C) Morte do agente.
- (D) Renúncia do direito de queixa.
- (E) Prescrição.

QUESTÃO 51

José e João, um sem saber da vontade do outro, realizam atos executórios para matar Daniel. José colocou veneno no copo de uísque de Daniel e, logo após a ingestão do líquido, João disparou contra a vítima ainda viva que – segundo o Laudo de Exame Cadavérico – veio a óbito em razão do disparo.

Considerando-se a situação hipotética apresentada e considerando-se, também, que a autoria colateral consiste na hipótese de duas ou mais pessoas matarem a mesma vítima realizando os atos executórios sem que uma saiba da intenção da outra e de maneira que o resultado da morte decorre apenas da ação de uma delas, é correto afirmar que José e João respondem, respectivamente, por

- (A) tentativa de homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- (B) tentativa de homicídio simples e homicídio simples consumado.
- (C) homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- (D) homicídio com emprego de veneno e tentativa de homicídio simples.
- (E) homicídio simples com emprego de veneno e homicídio simples consumado.

QUESTÃO 52

Antônio, caminhando por uma floresta situada em lugar ermo, disparou sua pistola 765 para o alto em pleno dia, com o objetivo específico de assustar os próprios companheiros de pescaria.

Considerando-se a situação hipotética apresentada e considerando-se, também, que os tipos penais guardam uma relação de subsidiariedade expressa ou tácita, conforme o dolo do agente, é correto afirmar que Antônio responderá por

- (A) disparo de arma de fogo em via pública.
- (B) tentativa de homicídio qualificado.
- (C) ameaça.
- (D) perigo para a vida ou a saúde de outrem.
- (E) tentativa de lesão corporal grave.

QUESTÃO 53

Ana privou Eduardo da respectiva liberdade, mantendo-o em cárcere privado. A Polícia Militar atendeu o chamado para coibir a prática criminosa e efetuou a prisão de Ana.

Considerando-se a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que o flagrante delito é

- (A) ilegal, pois Ana cometeu a infração penal.
- (B) legal, pois cárcere privado é um crime permanente e entende-se que haverá flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- (C) legal, pois Ana foi encontrada, logo depois, com instrumentos que faziam presumir ser ela a autora da infração.
- (D) ilegal, pois não havia mandado de prisão expedido pela autoridade judicial competente.
- (E) legal, pois enquadra-se em hipótese de prisão temporária requerida pelo oficial da Polícia Militar.

QUESTÃO 54

Em relação aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Juizados Especiais Criminais têm competência para o julgamento de infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a três anos, cumulada ou não com multa.
- (B) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência determinará a abertura de inquérito policial para a apuração da infração de menor potencial ofensivo.
- (C) Se não houver composição de danos civis perante o conciliador, não será dada à vítima a oportunidade de exercer o direito de representação.
- (D) O não oferecimento de representação na audiência preliminar implica decadência do direito de representar.
- (E) Ao autor que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou que assumir o compromisso de a ele comparecer não se imporá prisão em flagrante.

QUESTÃO 55

A polícia é uma instituição de direito público destinada a manter e a recobrar a paz pública e a segurança individual, cujas funções são específicas na atuação das polícias administrativa e judiciária. Segundo o texto constitucional, a função repressiva é atribuição da(o)

- (A) Polícia Rodoviária Federal.
- (B) Polícia Militar.
- (C) Polícia Civil.
- (D) Polícia Ferroviária Federal.
- (E) Corpo de Bombeiros Militar.

QUESTÃO 56

O controle externo da atividade policial é regulamentado pela Resolução nº 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pelas Resoluções nº 65/2011, nº 98/2013, nº 113/2014 e nº 121/2015. Nesse sentido, o artigo 2º do diploma normativo vigente disciplina que o controle externo da atividade policial exercido pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltadas para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para a (o)

- (A) prevenção ou a correção de irregularidades, ilegalidades ou de abuso de poder relacionados à atividade de investigação criminal.
- (B) preservação da ordem privada, da incolumidade das coisas e do patrimônio privado.
- (C) alocação dos recursos das polícias civil e militar em áreas estratégicas para o combate da criminalidade.
- (D) respeito aos valores sociais do trabalho assegurados na Constituição Federal e nas leis.
- (E) superação de falhas na produção probatória, salvo as técnicas, para fins de investigação criminal.

QUESTÃO 57

A respeito do direito penal militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Lei ordinária que estabeleça crimes militares e o Código Penal Militar devem prevalecer sobre a legislação comum, conforme essência lógico-interpretativa do princípio da especialidade.
- (B) Quanto ao local e ao tempo do crime, o Código Penal Militar adotou a teoria da ubiquidade; portanto, consideram-se o local e o tempo do crime tanto onde e quando foi praticada a ação ou a omissão quanto onde e quando se produziu o resultado.
- (C) Lei posterior que descriminalize um tipo penal previsto no Código Penal Militar não impedirá a punição de uma pessoa por fato que não mais for crime.
- (D) Segundo o Código Penal Militar, é também aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar ou civil e que o crime atente contra as instituições militares ou civis.

- (E) Segundo o Código Penal Militar, a lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.

QUESTÃO 58

Segundo o Código Penal Militar, é correto afirmar que a (o)

- (A) pena é agravada com relação ao agente cuja participação no crime for de somenos importância.
- (B) punibilidade de qualquer dos concorrentes é independente da dos outros e será determinada segundo a própria culpabilidade do agente em questão. Não se comunicam, outrossim, as condições ou as circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares ao crime.
- (C) pena é atenuada em relação ao agente que executa o crime, ou dele participa mediante paga ou promessa de recompensa.
- (D) ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, são puníveis mesmo se o crime não chegou, a ser tentado.
- (E) pena é atenuada em relação ao agente que promove ou organize a cooperação no crime ou dirija a atividade dos demais agentes.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa que apresenta crime militar impróprio.

- (A) Deserção
- (B) Prática de violência contra inferior
- (C) Roubo
- (D) Recusa de obediência
- (E) Abandono de posto

QUESTÃO 60

De acordo com Código Penal Militar (CPM), consideram-se crimes militares em tempo de paz os crimes previstos no próprio CPM, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial. Em relação a esse assunto, é correto afirmar que o crime de homicídio

- (A) doloso contra militar estadual e praticado por militar estadual em serviço será considerado crime comum.
- (B) culposo contra militar estadual e praticado por militar estadual em período de folga, descanso ou repouso será considerado crime comum.
- (C) culposo contra civil e praticado por militar estadual em serviço será competência da justiça comum.
- (D) doloso contra militar estadual e praticado por civil será da competência da justiça militar.
- (E) doloso contra civil e praticado por militar estadual em serviço será da competência da justiça comum.

Área livre

QUESTÃO 61

Acerca da aplicação do direito penal processual militar e considerando o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando desfigurar de plano os fundamentos da acusação que deram origem ao processo, de regra, não é admitida a interpretação extensiva ou restritiva.
- (B) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido figurado de suas expressões, conforme jargões populares. Os termos técnicos não de ser entendidos em sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação.
- (C) Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais ampla e, no segundo, que é mais restrita do que sua intenção.
- (D) Os casos omissos no referido Código serão supridos pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar, pela analogia, pela equidade e pelo bom senso.
- (E) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas processuais penais militares e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as normas processuais penais militares.

QUESTÃO 62

Considerando as hipóteses de delegação do exercício do inquérito policial militar, o ministro competente, em virtude da inexistência de outro oficial da ativa de maior antiguidade, considerando que um oficial-general da ativa, do último posto e mais antigo, praticou crime definido como militar, deverá designar um oficial da(o)

- (A) reserva de posto mais elevado para a instauração do inquérito policial militar e, se este estiver iniciado, avocá-lo, para tomar essa providência.
- (B) posto superior e mais antigo ao do indiciado.
- (C) posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- (D) posto inferior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva, remunerada ou não, ou reformado.
- (E) reserva mais antigo para a instauração do inquérito policial militar, e, se este estiver iniciado, avocá-lo, para tomar essa providência.

QUESTÃO 63

Para a concessão da menagem, o (a)

- (A) acusado deve confessar o crime.
- (B) natureza do crime pode ter requintes de crueldade, torpeza ou traição.
- (C) máximo da pena privativa de liberdade para o crime não deve exceder a quatro anos.
- (D) acusado deve ter maus antecedentes.
- (E) acusado pode ser reincidente.

QUESTÃO 64

O crime previsto no art. 183 do Código Penal Militar estabelece que “deixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação” configura o delito denominado insubmissão. A respeito do procedimento aplicável, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Consumado o crime de insubmissão, o comandante, ou a autoridade correspondente, da unidade para que fora designado o insubmisso, fará lavrar o termo de insubmissão, circunstanciadamente, com indicação de nome, filiação, naturalidade e classe a que pertencer o insubmisso e a data em que este deveria apresentar-se, sendo o termo assinado pelo referido comandante, ou por autoridade correspondente, e por duas testemunhas idôneas, podendo ser impresso ou datilografado.
- (B) O insubmisso que não for julgado no prazo de cento e oitenta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, sem que para isso tenha dado causa, será posto em liberdade.
- (C) O termo, juntamente com os demais documentos relativos à insubmissão, tem o caráter de instrução provisória, destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal e é, para efeito da incorporação, o instrumento legal autorizador da captura do insubmisso.
- (D) Recebidos o termo de insubmissão e os documentos que o acompanham, o Juiz-Auditor determinará atuação e dará vista do processo, por cinco dias, ao procurador, que requererá o que for de direito, aguardando-se a captura ou a apresentação voluntária do insubmisso, se nenhuma formalidade tiver sido omitida ou após cumprimento das diligências requeridas.
- (E) Incluído o insubmisso, o comandante da unidade, ou a autoridade correspondente providenciará, com urgência, a remessa à auditoria de cópia do ato de inclusão. O Juiz-Auditor determinará sua juntada aos autos e deles dará vista, por cinco dias, ao procurador, que poderá requerer o arquivamento, ou o que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida ou após o cumprimento das diligências requeridas.

QUESTÃO 65

À luz do regime jurídico das fundações regidas pelo Código Civil e das recentes alterações levadas a efeito pela Lei nº 13.151/2015, as fundações poderão ser constituídas para fins de

- (A) assistência social, cultura e habitação de interesse social.
- (B) cultura, habitação de interesse social e promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.
- (C) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, bem como habitação de interesse social e atividades religiosas.
- (D) pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.
- (E) habitação de interesse social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e saúde.

QUESTÃO 66

É (são) bem(ns) imóvel(is) para efeitos legais

- (A) as energias que tenham valor econômico.
- (B) os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- (C) as ações sobre direitos pessoais de caráter patrimonial.
- (D) os direitos reais sobre objetos móveis.
- (E) o direito à sucessão aberta.

QUESTÃO 67

Acerca do regime jurídico do direito essencial ao nome, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Civil determina que, salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes, de sorte que esse ato será permitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial. Assim, tanto o STJ quanto a doutrina dominante entendem que esse preceito normativo autoriza as cirurgias de transgenitalização, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina, e a consequente alteração do prenome e do sexo no Registro Civil.
- (B) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, excetuados os casos em que não haja intenção difamatória.
- (C) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial. Por isso, a publicidade que divulgar, sem autorização, qualidades inerentes a determinada pessoa, sem mencionar o respectivo nome, mas sendo capaz de identificá-la, não incorre em violação a direito da personalidade.
- (D) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome, já que o pseudônimo corresponde à designação inexata da pessoa.
- (E) O titular de *blog* não é responsável pela reparação dos danos morais decorrentes da inserção, no respectivo *site*, por própria conta e risco, de artigo escrito por terceiro. Tal fato afigura verdadeira exceção ao entendimento jurisprudencial do STJ, de acordo com o qual são civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.

QUESTÃO 68

Considerando o controle judicial dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O estagiário que atua no serviço público está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa, salvo se atua a título gratuito e de forma temporária.
- (B) O terceiro poderá ser responsabilizado pelas sanções cominadas na Lei de Improbidade Administrativa, ainda que não identificado algum agente público como autor do ato ímprobo. Por isso, é viável a propositura de ação de improbidade administrativa exclusivamente contra particular.
- (C) Comete ato de improbidade administrativa o médico que cobra honorários por procedimento realizado em hospital privado que também seja conveniado à rede pública de saúde, mesmo que o atendimento não seja custeado pelo próprio sistema público de saúde.

- (D) A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (E) O conceito legal de improbidade administrativa é elástico e comporta interpretação abrangente. Por isso, ensejam o reconhecimento de ato de improbidade administrativa eventuais abusos perpetrados por agentes públicos durante abordagem policial, caso os ofendidos pela conduta sejam particulares que não estavam no exercício de função pública.

QUESTÃO 69

Em relação ao interesse e à legitimidade do Ministério Público, é correto afirmar que este

- (A) não tem legitimidade para atuar em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, diante do caráter privado dos interesses envolvidos.
- (B) atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e dos direitos sociais e individuais disponíveis, sendo, nessa última hipótese, em toda e qualquer situação.
- (C) tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro DPVAT em benefício do segurado.
- (D) não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- (E) tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de assegurar os interesses individuais indisponíveis, difusos ou coletivos em relação à infância, à adolescência e aos idosos, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

QUESTÃO 70

Quanto ao controle judicial de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A indicação equivocada da autoridade coatora implica ilegitimidade passiva nos casos em que o equívoco é facilmente perceptível e em que a autoridade coatora erroneamente apontada pertence à mesma pessoa jurídica de direito público.
- (B) Governador de estado é parte legítima para figurar como autoridade coatora em mandado de segurança no qual se impugna a elaboração, a aplicação, a anulação ou a correção de testes ou de questões de concurso público, cabendo à banca examinadora, executora direta da ilegalidade atacada, figurar no polo passivo da demanda.
- (C) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público. Em razão disso, também é cabível o *writ* contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (D) O termo inicial do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, na hipótese de exclusão do candidato de concurso público, é o ato administrativo de efeitos concretos e não a publicação do edital, ainda que a causa de pedir envolva questionamento de critério do edital.
- (E) Afigura-se necessária a ocorrência de dano ao erário para que haja condenação por ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito.

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de resposta** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de resposta** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, a situação hipotética a seguir.

Durante uma ação de suporte a uma força de pacificação, um civil, sem razão aparente, proferiu palavras de baixo calão e jogou cerveja no uniforme de um cabo do Exército Brasileiro.

Considerando a situação hipotética apresentada e segundo a lei e o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal Militar, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo acerca da conduta do civil que aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) crime cometido pelo civil;
- b) pena cabível em abstrato;
- c) modalidade de ação penal cabível;
- d) instituição responsável para o oferecimento da ação penal;
- e) justiça competente;
- f) juízo competente para julgamento; e
- g) indicação e justificativa se são cabíveis ou não os institutos despenalizadores da lei dos juizados especiais criminais (Lei nº 9.099/1995).

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA